

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2021 - UASG 200090

Nº Processo: 126002352/2021-71. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de diversos equipamentos de informática a fim de atender às necessidades da Procuradoria da República em Pernambuco, conforme especificações (ANEXO I) e consoante as demais condições estatuídas no edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 6. Edital: 12/08/2021 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av Governador Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro, Espinheiro - Recife/PE ou <https://www.gov.br/compras/edital/200090-5-00009-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 12/08/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 25/08/2021 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

SARA DANIELA SANTOS MAMEDE
Pregoeira

(SIASGnet - 11/08/2021) 200100-00001-2021NE000001

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2021

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas apresentadas na licitação em epígrafe. Empresa vencedora com os valores unitários respectivos: Kalesi Comércio de Equipamentos EIRELLI CNPJ 21.690.964/0001-89 (Grupo 2: Itens 8 - R\$1.100,00; 9 - R\$1.200,00; 10 - R\$1.300,00; 11 - R\$1.500,00; 12 - R\$1.200,00; 13 - R\$1.300,00 e 14 - R\$1.400,00). O Grupo 1 foi deserto.

GONÇALO RIBEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR
Pregoeiro MPDFT

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2021 - UASG 200009

Nº Processo: 08191067427202132. Objeto: Contratação de empresa para realização do processo seletivo de estagiários remunerados de ensino superior, nos níveis de graduação, educação profissional e tecnológica e pós-graduação, na modalidade virtual, com vistas à formação de cadastro reserva de estagiários para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 12/08/2021 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Ed. Sede do Mpdft, Sala 607, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/200009-5-00041-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 12/08/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 24/08/2021 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM
Secretária de Licitação

(SIASGnet - 10/08/2021) 200009-00001-2021NE000020

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE EDITAIS E CONTRATOSAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2021 - UASG 200200

Nº Processo: 01985/2020-5. Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamento Servidor de Rede tipo Rack com gerenciamento centralizado e empresa especializada no fornecimento de Servidor de Rede do tipo Torre, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições deste edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 12/08/2021 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saun Qd 5 Lote c Torre a Edifício Cnc, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/200200-5-00024-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 12/08/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 24/08/2021 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

LAURIBERTO MAXIMO ALVES
Pregoeiro

(SIASGnet - 10/08/2021) 200200-00001-2021NE000018

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 010/2021. Processo nº 20.02.0900.0001041/2021-27. Contratante: União Federal/PRT 9ª REGIÃO. Contratada: CORESE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF nº 08.704.691/0001-16. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 06/2021. Objeto: Serviços continuados de limpeza e conservação, com carga horária de 35 horas semanais, com cumulação de copeiragem, para atender a PTM de Foz do Iguaçu. Valor mensal: R\$ 3.070,99 (Três mil e setenta reais e noventa e nove centavos). Assinam: Margaret Matos de Carvalho, Procuradora-Chefe, pela Contratante e Wilson Roberto Peixoto Junior pela Contratada. Data da assinatura: 30/07/2021.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratante: União Federal/PRT 9ª Região. Contrato nº 024/2019. Processo nº 20.02.0900.0002117/2019-81. Contratada: SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES, inscrita no CNPJ sob o nº 01.371.416/0001-89. Espécie: Segundo Termo Aditivo. Objeto: Prorrogar a sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, de 31/08/2021 a 30/08/2022. Assinam: Margaret Matos de Carvalho, Procuradora-Chefe, pela Contratante e Aparecido Rodrigues de Andrade e Alice Yuka Tatewaki pela Contratada. Data da assinatura: 05/08/2021.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratante: União Federal/PRT 9ª Região. Contrato nº 020/2017. Processo nº 20.02.0900.0002112/2017-28. Contratada: ELEVADORES CONISTEL LTDA - ME, inscrita no CNPJ 78.708.625/0001-08. Espécie: Quarto Termo Aditivo. Objeto: Prorrogar a sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, de 28/08/2021 a 27/08/2022. Assinam: Margaret Matos de Carvalho, Procuradora-Chefe, pela Contratante e Luiz Arnildo Jungbluth pela Contratada. Data da assinatura: 23/07/2021.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratante: União Federal/PRT 9ª Região. Contrato nº 012/2020. Processo nº 20.02.0900.0001401/2020-10. Contratada: MAC VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF 15.562.375/0001-12. Espécie: Segundo Termo Aditivo.

Objeto: Aumentar a carga horária dos postos de trabalho objeto do contrato, de 30 horas semanais para 40 horas semanais, a partir de 01/08/2021, reajustando assim os valores mensais para: Campo Mourão - R\$ 5.629,73; Cascavel - R\$ 5.476,11; Guarapuava - R\$ 5.714,73; Umuarama - R\$ 5.814,73. Assinam: Margaret Matos de Carvalho, Procuradora-Chefe, pela Contratante e Merien Stefani King pela Contratada. Data da assinatura: 23/07/2021.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratante: União Federal/PRT 9ª Região. Contrato nº 002/2020. Processo nº 20.02.0900.0000678/2020-34. Contratada: MUNDIAL TERCEIRIZADORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF 02.890.146/0001-48. Espécie: Terceiro Termo Aditivo. Objeto: Reativar a execução do contrato, a partir de 11/08/2021, em vista do retorno programado das atividades presenciais na sede da Procuradoria do Trabalho no município de Guarapuava. Assinam: Margaret Matos de Carvalho, Procuradora-Chefe, pela Contratante e Alfredo Henrique Kaefer pela Contratada. Data da assinatura: 04/08/2021.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2021 - UASG 200106

Nº Processo: 20.02.160316/2021. Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de veículos automotores terrestres, zero quilômetro, ano e modelo de fabricação igual ou posterior à data do pedido de fornecimento, para atender demanda de transporte especializado de membros e servidores, em especial para as operações finalísticas do Ministério Público do Trabalho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 12/08/2021 das 09h00 às 13h00. Endereço: Av. Atlântica, Qd. 24, Lote 03. Calhau. Sao Luis/ma., Calhau - São Luis/MA ou <https://www.gov.br/compras/edital/200106-5-00004-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 12/08/2021 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 24/08/2021 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

LUIS CARLOS CARDOZO CAMARA
Pregoeiro

(SIASGnet - 10/08/2021) 200106-00001-2021NE000021

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

RETIFICAÇÃO

No extrato de termo de rescisão contratual do Contrato nº 003/2017, publicado no Diário Oficial da União, nº 151, Seção 03, página 151, de 11 de agosto de 2021, referente à data de rescisão contratual, onde se lê: ...Data da rescisão: a partir de 01/09/2021... leia-se: ... Data da rescisão: a partir de 31/08/2021.

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA-GERAL ADJUNTA DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 795/2021-TCU/SEPROC, DE 13 DE JULHO DE 2021

TC 003.352/2018-8 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO Carlos Alberto Trindade, CPF 533.896.898-34, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - MS, valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 13/7/2021: R\$ 4.628.888,64; sendo, a Dívida 1, em solidariedade com os responsáveis Associação Obras Sociais Irmã Dulce, CNPJ 15.178.551/0001-17 e Antonio Luiz de Araújo Pitia, CPF 099.413.805-97; a Dívida 2, em solidariedade com a responsável Associação Obras Sociais Irmã Dulce, CNPJ 15.178.551/0001-17; a Dívida 3, em solidariedade com a responsável Flavia Vasconcelos Souza, CPF 678.042.845-00; a Dívida 4, é o próprio responsável Carlos Alberto Trindade, CPF 533.896.898-34, e, a Dívida 5, em solidariedade com os responsáveis Aglae Amaral Sousa, CPF 192.901.605-00 e Real Sociedade Espanhola de Beneficência, CNPJ 15.113.103/0005-69.

O débito decorre de:

Dívida 1 - Irregularidade: Pagamentos indevidos por encargos sociais, trabalhistas e provisionamentos, referentes aos serviços prestados pela Associação Obras Sociais Irmã Dulce no período de 16/7/2005 a 20/11/2007 (Centro de Saúde de Pernambuco). Dispositivos violados: Constituição Federal, arts. 37, caput e 70, parágrafo único, caput; Lei 8.443/1992, art. 8º.; Lei 4.320/1964, arts. 62 e 63; Decreto 93.872/1986, arts. 38 e 42.

Dívida 2 - Irregularidade: Pagamentos indevidos por encargos sociais, trabalhistas e provisionamentos, referentes aos serviços prestados pela Associação Obras Sociais Irmã Dulce no período de 16/7/2005 a 20/11/2007 (Centro de Saúde de Pernambuco). Dispositivos violados: Constituição Federal, arts. 37, caput e 70, parágrafo único, caput; Lei 8.443/1992, art. 8º.; Lei 4.320/1964, arts. 62 e 63; Decreto 93.872/1986, arts. 38 e 42.

Dívida 3 - Irregularidade: Contratação realizada com valores superestimados em relação aos valores pagos a título de provisionamentos e encargos sociais e trabalhistas (Concorrência 1/2006. Contrato 58/2007 para terceirização da gestão do 12º Centro de Saúde Alfredo Bureau). Dispositivos violados: Constituição Federal, arts. 37, caput e 70, parágrafo único, caput; Lei 8.443/1992, art. 8º.; Lei 8.666/93, arts. 3º e 96; Lei 4.320/1964, arts. 62 e 63; Decreto 93.872/1986, arts. 38 e 42.

Dívida 4 - Irregularidade: Transferência indevida de custos de pessoal para o 12º Centro de Saúde (Processo 10589/2005 - Concorrência 1/2006, Contrato 58/2007 para Terceirização da Gestão do 12º. Centro de Saúde Alfredo Bureau). Dispositivos violados: Constituição Federal, arts. 37, caput e 70, parágrafo único, caput; Lei 8.443/1992, art. 8º.; Lei 4.320/1964, arts. 62 e 63; Decreto 93.872/1986, arts. 38 e 42.

Dívida 5 - Irregularidade: Prejuízo decorrente de pagamento indevido pela prestação de serviços de capacitação dos agentes comunitários de saúde. Dispositivos violados: Constituição Federal, arts. 37, caput e 70, parágrafo único, caput; Lei 8.443/1992, art. 8º.; Lei 4.320/1964, arts. 62 e 63; Decreto 93.872/1986, arts. 38 e 42.

Os documentos eventualmente apresentados a título de prestação de contas deverão estar de acordo com as exigências legais e regulamentares, vir acompanhados de argumentos de fato e de direito, de elementos comprobatórios das despesas e da regular aplicação dos recursos federais geridos, bem como de justificativa para a omissão no dever de prestar contas no prazo estabelecido.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 13/7/2021: R\$ 7.094.353,36; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de

